

**I
N
F
O
R
M
A
T
I
V
O

M
E
N
S
A
L**



**DIVISÃO DE MANAUS
DA SPVEA**

Edifício IAPETC - Manaus - Amazonas

Aqui e ali, felizmente em número decrescente de tempos a esta parte, encontramos pessoas que culpam a SPVEA pela inocorrência de novos projetos industriais na área do Amazonas, quando é certo que no Nordeste e mesmo em outras áreas da Amazônia legal está havendo um surto industrial dos mais animadores.

A acusação revela, de largada, da parte desses gratuitos advogados do órgão, uma total ignorância do assunto, sobre o qual pensam dissertar com muita proficiência. Do assunto e da problemática econômica regional.

Não há nenhuma lei, em verdade, que atribua à SPVEA a missão de elaborar projetos para implantação na área de sua jurisdição. Isso a lei deixou ao encargo da própria iniciativa privada, à capacidade realizadora do empresário nacional, embora nada vede à SPVEA, em havendo necessidade ou parecendo necessário, passar a atuar também nesse terreno, secundando, ou suprimindo as deficiências do meio.

Por outro lado, faz-se necessário que se compreenda que um projeto industrial não é coisa assim tão fácil que possa ser elaborado aos montes, como parecem pretender esses detratores gratuitos do órgão. Um cometimento industrial, mesmo de pequeno ou médio porte, para que se assente em bases sólidas e tenha perspectivas de êxito, necessita de prévios estudos, que vão desde as disponibilidades de matéria prima até a garantia de mercados para a colocação do produto. Na indústria não há lugar para o aventureirismo.

É natural, assim, que num meio como o nosso, de precárias experiências nesse ramo de atividades, de conhecimentos tecnicológicos reduzidos, de mão de obra especializada quase que inexistente, de condições geográficas inferiores confrontadas com as de outras áreas mais próximas dos grandes centros consumidores e com mais fácil acesso aos mesmos, etc., a cristalização de uma mentalidade empresarial se faça mais lentamente e, em consequência, o número de projetos seja inferior.

A SPVEA somente participa do processo na condição de órgão incumbido de examinar e julgar os projetos. Mas nessa condição nenhum peço do se lhe pode irrogar, eis que ela tudo tem feito para facilitar a industrialização da região.

As demoras nos julgamentos são decorrência, geralmente, de imperfeições encontradas na elaboração dos projetos, imperfeições que não podem ser desprezadas, porque fundamentais para conhecimento da viabilidade e rentabilidade do empreendimento.

Se noutras áreas floresce melhor o espírito empresarial, a culpa não é da SPVEA, que tem a Amazônia legal como um todo único, que deli-
gencia para levantar e desenvolver, dentro das medidas e das possibilida-
des que a lei lhe assegura.

O jornal "A PROVÍNCIA DO PARÁ", em sua edição de 24 de junho de 1966, publicou o seguinte em sua coluna INFORME ESPECIAL:

"TITULAR DO MECOR MUDA ESTRUTURAS"

"A Amazônia deverá ser das regiões mais atingidas pelas alte-
rações que o sr. João Gonçalves de Souza — anuncia-se — pretende in-
troduzir nos planos do Ministério de Coordenação dos Organismos Regio-
nais, substituindo o marechal Oswaldo Cordeiro de Faria. Defensor in-
transigente da idéia, o novo titular do MECOR dará prioridade à mudança
de estrutura dos dois órgãos-base (federais) na área: o Banco de Crédi-
to da Amazônia e a SPVEA."

"O primeiro passaria a Banco de Desenvolvimento da Amazônia;
o segundo, à Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM),
de acordo com o planejamento elaborado pelo grupo de trabalho disso en-
carregado, partindo do projeto inicial, autoria da Diretoria do BCA, já
na gestão Armando Mendes."

"Informa-se do sul que o substituto do marechal CF pretende
a transformação dentro do menor espaço de tempo que for possível."

INFORMANDO SOBRE ASSUNTOS DIVERSOS

=====

LEIS E DECRETOS DO GOVERNO FEDERAL, DE INTERESSE PARA A REGIÃO:

Lei nº 5.010 - de 30/5/66

- Organiza a Justiça Federal da primeira instância, e dá outras providências.

(Publicado no D.O. nº 103, de 1º/6/66)

Decreto nº 58.552 - de 30/5/66

- Regulamenta a Lei nº 4.376, de 17 de agosto de 1964. (Diz respeito à prestação de Serviço Militar pelos Estudantes Candidatos as Escolas de Medicina, Farmácia, Odontologia e Veterinária).

(Publicado no D.O. nº 105, de 3/6/66)

Decreto nº 58.555 - de 31/5/66

- Aprova o Regulamento dos Serviços de Radioamador.

(Publicado no D.O. nº 105, de 3/6/66)

Decreto nº 58.543 - de 30/5/66

- Altera a Redação do artigo 11 do Decreto nº 55.852, de 22 de março de 1965. (Regulamento do Imposto do Selo).

(Publicado no D.O. nº 105, de 3/6/66)

Decreto nº 58.325 - de 3/5/66

- Outorga concessão a Centrais Elétricas do Amazonas S.A..

(Publicado no D.O. nº 114, de 17.6.66)

Decreto nº 58.603 - de 14/5/66

- Dispõe sobre a organização da Junta Nacional de Educação de Analfabetos e de Juntas Estaduais, com o objetivo de dar meio de execução a letra g do Art. 2º do Decreto nº 57.895, de 28 de fevereiro de 1966.

(Publicado no D.O. nº 114, de 17/6/66)

Os adversários gratuitos da SPVEA, sempre que querem demonstrar o órgão correm a estabelecer um impossível confronto entre as suas realizações e as da SUDENE, no Nordeste. Para eles, enquanto que o órgão incumbido do desenvolvimento do Nordeste mostra-se dinâmico, realizador e sensível aos problemas de sua área, a SPVEA nada cria nem realiza a favor do desenvolvimento econômico da Amazônia, sua missão primordial.

Há, evidentemente, um erro imperdoável de julgamento tanto no confronto entre as realizações das duas entidades, quanto na conceituação de seus trabalhos.

Ninguém pode conceituar nenhuma das duas entidades sem vinculá-las aos respectivos meios a que servem. E bem sabemos que não há termo de equiparação entre o Nordeste e a Amazônia e as suas respectivas problemáticas.

Em termos de grandeza o mundo amazônico supera de muitos furos a área nordestina. Também na complexidade dos respectivos problemas básicos. Em contraposição, o Nordeste, pela sua posição geográfica, privilegiada em relação à da Amazônia no que diz respeito às facilidades de comunicação com o coração político e administrativo do país, leva uma nítida vantagem sobre nós quanto às facilidades de obtenção de elementos e ajuda para o atendimento de suas necessidades.

O Nordeste está ligado ao Sul do país por estradas. Possui mão-de-obra farta e barata. Idem quanto à energia elétrica. Sua experiência industrial é mais antiga e muito mais intensa que a nossa. Está muito mais perto dos grandes mercados consumidores, sendo ele próprio um grande mercado em potencial. Suas potencialidades econômicas são bem mais conhecidas e muito mais estudadas do que as nossas. Tudo isso somado dá-lhe perspectivas muito maiores para o desenvolvimento total do que as que possui a Amazônia.

É isso que explica, em primeiro lugar o maior dinamismo da SUDENE e o seu maior acervo de realizações. Esta, ainda, por outro lado, foi criada muito depois da SPVEA e, conseqüentemente, pôde aproveitar na sua estruturação as lições e as experiências colhidas pelo órgão amazônico. Há, finalmente, um outro fator importantíssimo a considerar: a SUDENE sempre gozou de um melhor tratamento que a SPVEA no que concerne ao volume das verbas orçamentárias.

Um confronto entre as duas entidades, pois, assim nessa base simples de quem fez mais, nem é lógico nem faz sentido. O Nordeste

a e Amazonia são duas realidades diferentes, que tem que ser tratadas de modo diferente, com métodos e instrumentos igualmente diferentes.

A SUDENE opera com uns elementos; a SPVEA com outros. Não se pode medir o trabalho desta pelo que aquela vem realizando. A reprocha também é verdadeira.

Só a má fé, ou a ignorância, podem justificar esse absurdo confronto, principalmente com as finalidades que lhe dão os gratuitos acusadores do órgão.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

COMENTANDO AS PALAVRAS DO CHEFE

Por ocasião da inauguração das novas instalações da sede da SPVEA, em Belém, ao ensejo do transcurso do segundo aniversário de gestão do General Mário de Barros Cavalcanti, este, em discurso que proferiu na solenidade, enunciou verdades que merecem ser meditadas pelo seu profundo conteúdo.

Ao referir-se, por exemplo, à situação em que encontrou o órgão, declarou: "Reconheço-lhe combates e desastres, vitórias e lutas. Muitos foram os desmandos que aviltaram a instituição". E mais adiante: "Participava a SPVEA, lamentavelmente, da triste conjuntura de vida pública brasileira, naquela época em que corrupção e conluio, lado a lado, preparavam a destruição do patrimônio comum construído pelos mais ilustres varões brasileiros".

Ficou claro, aí, que a SPVEA estava totalmente desvirtuada de suas verdadeiras e principais finalidades e, portanto, não se podia esperar o mesmo rendimento e o mesmo aproveitamento de sua gestão. Nesse particular, pois, mostram-se injustas as críticas lançadas à existência do órgão e ao seu funcionamento, que nunca teve condições nem estímulos para trabalhar e produzir.

Compreendendo isso é que o General Mário de Barros Cavalcanti cuidou de início, "sem desprezar a atenção que era devida à correção energética e prudente dos erros e faltas anteriormente cometidas", de organizar a casa, de dar um novo rumo e de imprimir a unidade, de disciplinar a disciplina e de reativar os seus serviços. Com esse plano fundamental em pauta o General foi um chefe primoroso e eficiente. E, como não podia deixar de ser, acabou por triunfar e vir cor-

responsáveis de sua existência.

Em uma carta dirigida a respeito dessa transformação: "Felicizes nos resultados hoje ao poder afirmar que esse trabalho foi realizado com a participação de quase centenas dos antigos servidores da SPVEA e BOMBOREAS, entre as primeiras metas traçadas, tão logo a - qui chegamos, situações e centralização do órgão, para melhor administrar-lo, tarefa essa cujo momento culminante é a harmonia que ora realizamos. Não mais aqueles setores estanques e descoordenados, mas um organismo vivo, que funciona exatamente em razão do perfeito entrosamento que agora existe entre cada parte e o conjunto".

Alcançada essa primeira meta, a de estruturação administrativa e racionalização dos serviços do órgão, pode a SPVEA ingressar eficientemente no segundo etapa da dinâmica gestão do General, ou seja, o trabalho efetivo a favor do desenvolvimento da região.

O grande instrumental para isso está representado pelos favores e estímulos fiscais decretados pelo governo federal para a Amazônia. Utilizando ao máximo esse instrumental, em breve a SPVEA terá recuperado totalmente o terreno perdido e reintegrado a Amazônia no concerto da civilização brasileira.

Foi o que asseverou o General Mário de Barros Cavalcanti quando disse: "Nesta hora, merce desses estímulos fiscais, antes privilégio exclusivo do Nordeste, a Amazônia desponta como região capacitada a contribuir de modo efetivo para o desenvolvimento nacional. Por isso, tenho certeza, bem mais cedo do que se possa pensar, a Amazônia restituirá ao Brasil a porção de dignidade e de esforços que este lhe destina, no envolvimento do seu desenvolvimento. Melhor do que as palavras, as cifras traduzem a verdade do que afirmo: pois nada menos que 10 bilhões de cruzeiros, correspondentes a cerca de 40 milhões de cruzeiros mensalmente, que já estão sendo aplicados na Amazônia, impulsionam o seu desenvolvimento".

Todas essas ações e iniciativas de sua administração são de modo a promover o desenvolvimento. Mas também a existência de um elemento criativo na SPVEA de hoje e, por via de consequência, deve inspirar a todos os brasileiros da Amazônia uma justificada confiança no porvir da região.

"(Assinatura)"

INFORMATIVO INTERNO DA DM.1

=====

PESSOAS QUE PROCURARAM A CHEFIA DA DIVISÃO, PARA TRATAREM DE ASSUNTOS

LIGADOS À SPVEA:

- Engenheiro ARTHUR VIEIRA LOPES
- Prof. FRANCISCO FERREIRA BATISTA - Presidente da CONSULPLAN
- Economista JOSÉ MARIA PINTO
- Dr. RAIMUNDO CAMPOS MACHADO - Diretor da Aluminas Minas Gerais S/A
- Sr. CHARLES ATALA
- Padre FRANCISCO LUPINO - Vigário da Paróquia de N. S. de Nazaré
- Srta. URSULA METZNER CEPEC - Economista que se acha em Manaus colhendo dados sobre a cultura do cacáu.

NORMAS DE SERVIÇO BAIXADAS PELA CHEFIA DA DIVISÃO:

Nº	Data	Assunto
33/66	2/6/66	- Atribue encargo a servidor
34/66	17/6/66	- Estabelece lotação servidores IM.1
35/66	20/6/66	- Atribue encargo a servidor
36/66	21/6/66	- Dispensa servidor de encargo
37/66	30/6/66	- Dispensa servidor de encargo
38/66	30/6/66	- Atribue encargo a servidor

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO DA SPVEA

Durante o mês de junho último o Setor de Relações Públicas da Divisão, distribuiu na área, às pessoas e entidades interessadas, 150 exemplares do "Informativo Mensal" nº 4, relativo ao mês de maio passado.

De Belém, recebido e distribuído o seguinte material: CARTA MENSAL, nº 10 + CARTA MENSAL nº 11 + PESQUISA COMBINADA FLORESTA-SOLO NO PARÁ-MARANHÃO ; MAIORES MUNICÍPIOS PRODUTORES DE PESCADO NO PARÁ-MARANHÃO ; RELATÓRIO SPVEA-FOTOBELÉM ; AVENTURAS ATRAVÉS DO PROGRESSO.

MALAS DE CORRESPONDÊNCIAS RECEBIDAS E EXPEDIDAS:

Data	Procedencia	Data	Destino
4/6/66	- Belém	7/6/66	- Belém
8/6/66	- Brasília	8/6/66	- Guanabara
8/6/66	- Belém	8/6/66	- Brasília
15/6/66	- Brasília	10/6/66	- Belém
16/6/66	- Belém	16/6/66	- Belém
20/6/66	- Brasília	21/6/66	- Belém
20/6/66	- Belém	23/6/66	- Belém
27/6/66	- Belém		
27/6/66	- Brasília		

PARA GOZO DOS BENEFÍCIOS FISCAIS CONCEDIDOS PELA LEI Nº 4.861, FOI CONCEDIDO ATESTADO DE LOCAÇÃO ÀS SEGUINTE PIRMAS:

- CERVEJARIA MIRANDA CORREA S.A.
- CAMELO IRMÃO & CIA.
- EMPRESA INDUSTRIAL DE FIBRAS E ÓLEOS S.A.
- FÁBRICA DE TECIDOS MATINHA S.A.
- IND. DE GUAHANÁ LIMITADA (ITACOATIARA)
- IND. E COM. RAZAC S.A.
- J. DE MENEZES FURTADO & CIA. LTDA.
- JUTEIRA LUSTOZA S.A.
- J.A. CASTRO & CIA.
- J.P. ALVES & CIA. LTDA. (MAUÉS)
- MAGALI AGRO COMERCIAL E IND. LIMITADA (MAUÉS)
- R. PEREIRA & CIA. LTDA.
- SERRARIA MORAIS LTDA.
- SOC. DE COMÉRCIO E TRANSPORTES LTDA,

PRESTAÇÕES DE CONTAS APROVADAS PRELIMINARMENTE PELA TURMA DE FISCALIZAÇÃO E ESTUDOS:

Proc.DM	Entidade	Convênio	Valor	Exerc.
00744/65	SOC. AMP. À MATEM. INF. MANAUS	3079/59	1.000.000	1959
00366/65	OBRAS ED. P. ESP. SANTO F. BOA	32/57	50.000	1957
00356/65	SOC. OBRAS SOCIAIS DE MAUÉS	180/57	50.000	1957

00604/65	SOC. OBRAS SOCIAIS DE MAURICI	180/57	25.000	1957
00605/65	IDEM	180/57	25.000	1957
00701/65	SANATÓRIO ALVARO JORGE	3282/60	2.000.000	1960
00697/65	IDEM	3282/60	2.000.000	1960
00743/65	SOC. AMP. A MAP. INF. DE LALAU	175/57	50.000	1957
00625/65	FARM. JULIUS S. P. LAZARUS	2672/59	200.000	1959
00495/65	ARM. VILHOSINHA DE MANAUS	5439/62	500.000	1962
00626/65	ARM. VILHOSINHA S. P. LAZARUS	2124/58	40.000	1958
00742/65	FARM. CHAP. S. P. VILHOSINHA	6152/63	700.000	1963
00422/65	ARM. VILHOSINHA DE MANAUS	3098/59	100.000	1959
00423/65	IDEM	3098/59	100.000	1959
00376/65	PATRONATO SIA. VILHOSINHA	2006/58	500.000	1958
00654/65	ESCOLA IND. SALESIANA	2022/58	650.000	1958
00667/65	SOC. E. VILHOSINHA DE MANAUS	8/57	50.000	1957
00662/65	ARM. VILHOSINHA DE MANAUS	2242/58	400.000	1958
00533/65	PRELACIA DO RIO NEGRO	6064/65	2.000.000	1965
00640/65	IDEM	6064/65	200.000	1965
00671/65	UNIAO DOS ESTADUAIS	757/56	50.000	1956

convênios de cooperação entre a citada entidade e a SPVEA, a SUDENE e o BCA para, complementando os recursos próprios destas, contri-
buir o BNDE com financiamentos para o desenvolvimento industrial da
área.

"Para passar à fase operacional de cooperação do BNDE com a SUDENE e o BDN, na área nordestina, e com a SPVEA e o BCA, na área amazônica, lebra o sr. Garrido Torres a elaboração de convênios que estabeleçam critérios comuns de prioridade e processamento uniforme na avaliação dos projetos industriais, permitindo aos empresários o seguinte procedimento: a) o investidor faz a consulta prévia sobre o enquadramento do seu projeto, à SPVEA, se o empreendimento se localizar na Amazônia, e à SUDENE, para o caso do Nordeste; b) obtida resposta positiva, o investidor passaria ao preparo do projeto, oferecendo-o para avaliação indiferentemente junto aos bancos de fomento regionais, ou ao próprio BNDE. Aprovados os projetos, conceder-se-iam os financiamentos, ao mesmo tempo em que o banco financiador comunicaria simultaneamente ao seu congênere e à SUDENE ou à SPVEA, para que estes concretizassem a concessão dos favores previstos na lei."

++++++ Objetivando colher os elementos que possibilitem a ampliação do parque da indústria metalúrgica do Pará, que atualmente se apresenta com produção insuficiente e, em alguns casos, com equipamento precário, uma equipe de engenheiros especializados no ramo, sob os auspícios da SPVEA, está realizando um levantamento técnico da situação ali existente. Tal trabalho, que compreende o levantamento do número de fábricas, sua capacidade de produção, matéria prima que utilizam, bem como as possibilidades de ampliação com recursos do órgão valorizador, visa primordialmente criar mercado para a produção da Siderama, quando esta entrar em funcionamento, industrializando ferro e manganês existentes no Amazonas e com capacidade para atender as necessidades do Norte e do Nordeste brasileiro.

++++++ O Tribunal de Contas da União, em recente reunião, aprovou o convênio firmado entre a SPVEA e o Governo do Estado do Amazonas visando a concessão de bolsas de estudo para a especialização de agrônomos, engenheiros químicos industriais, veterinários, geólogos, educadores e médicos sanitaristas.

O ato vem permitir a execução do plano de trabalho elaborado pelo Estado pertinentemente à matéria.

SUPERINTENDENTE — General Mário de Barros Cavalcanti
CHEFE DO GABINETE — Dr. Antonio Cândido Monteiro de Brito

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO

SUB-COMISSÃO SAÚDE E RELATOR GERAL CP — Dr. Amyntor Virgolino
do Amaral Basto

SUB-COMISSÃO RECURSOS NATURAIS — Dra. Clara Martins Pandolfo

SUB-COMISSÃO DESENVOLVIMENTO CULTURAL — Cônego Ápio Campos

SUB-COMISSÃO TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E ENERGIA — Roberto
de La Rocque Soares

SUB-COMISSÃO AGRÍCOLA — Dr. Rubens Rodrigues Lima

REPRESENTANTES

GOVÊRNO ESTADO ACRE — Dr. Rui Mendes

GOVÊRNO TERRITÓRIO AMAPÁ — Clóvis Pena Teixeira

GOVÊRNO ESTADO AMAZONAS — Prof. Inocêncio Machado Coêlho

GOVÊRNO ESTADO GOIÁS — Dr. Carlos Augusto de Mendonça

GOVÊRNO ESTADO MARANHÃO — Dr. Djalma Tenório de Brito

GOVÊRNO ESTADO PARÁ — Dr. Joaquim Rodrigues Porto

GOVÊRNO TERRITÓRIO RONDÔNIA — Dr. Rubens da Silveira Brito

GOVÊRNO TERRITÓRIO RORAIMA — Dr. Ramiro Koury

COMISSÃO DELIBERATIVA

Amintor Virgolino do Amaral Basto

Clara Martins Pandolfo

Clóvis Pena Teixeira

João Gluck Paul

José Ribamar Goulart de Carvalho

José Rodrigues do Couto

Camilo Montenegro Duarte

DIVISÃO DE MÃNAUS

CHEFE — Dr. Neper Antony

REDADORES DO INFORMATIVO MENSAL — Luiz Augusto da Costa Soares
Ana Ilza Nunes de Melo Marques



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

Comunicado

A disponibilização (gratuita) deste acervo, tem por objetivo preservar a memória e difundir a cultura do Estado do Amazonas e da região Norte. O uso deste documento é apenas para uso privado (pessoal), sendo vetada a sua venda, reprodução ou cópia não autorizada. (Lei de Direitos Autorais – Lei n. 9.610/98).

Lembramos, que este material pertence aos acervos das bibliotecas que compõe a rede de Bibliotecas Públicas do Estado do Amazonas.

Contato

E-mail: acervodigitalsec@gmail.com